

Reforma no sistema de inteligência argelino: uma análise política

Mariana Falcão Chaise
Relações Internacionais – UFRGS
E-mail: marichaise@gmail.com

Palavras-chave: Serviço de Inteligência – Argélia – *Département du Renseignement et de la Sécurité*

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik



INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças anunciadas em 2013 no sistema de inteligência argelino a fim de derivar as possíveis alterações em nível de estrutura de poder em vista de uma dicotomia histórica entre o Poder Executivo, o *Gouvernement* argelino, e as Forças Armadas, recorrentemente descritas como o *Pouvoir*, o lócus real de poder nacional. Parte-se da premissa de que os militares argelinos atuam politicamente desde a independência (1962) através de uma fachada democrática e por meio das instituições do Estado, ainda que tal atuação não se dê diretamente, nem esteja legalmente prescrita, havendo – portanto – uma lacuna entre a retórica e a realidade do regime, leia-se, entre a autoridade presidencial prevista constitucionalmente e o poder exercido em termos políticos, econômicos e sociais pelos militares. O *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), representante deste exercício coberto e não institucionalizado de poder, apresentou-se altamente autônomo em relação ao governo central e altamente penetrante nas esferas da sociedade argelina. Sua reestruturação, na esteira de diversas outras reformas concernentes às Forças Armadas, impactaria diretamente na capacidade dos militares de atuar politicamente, sendo esta nossa hipótese de pesquisa.

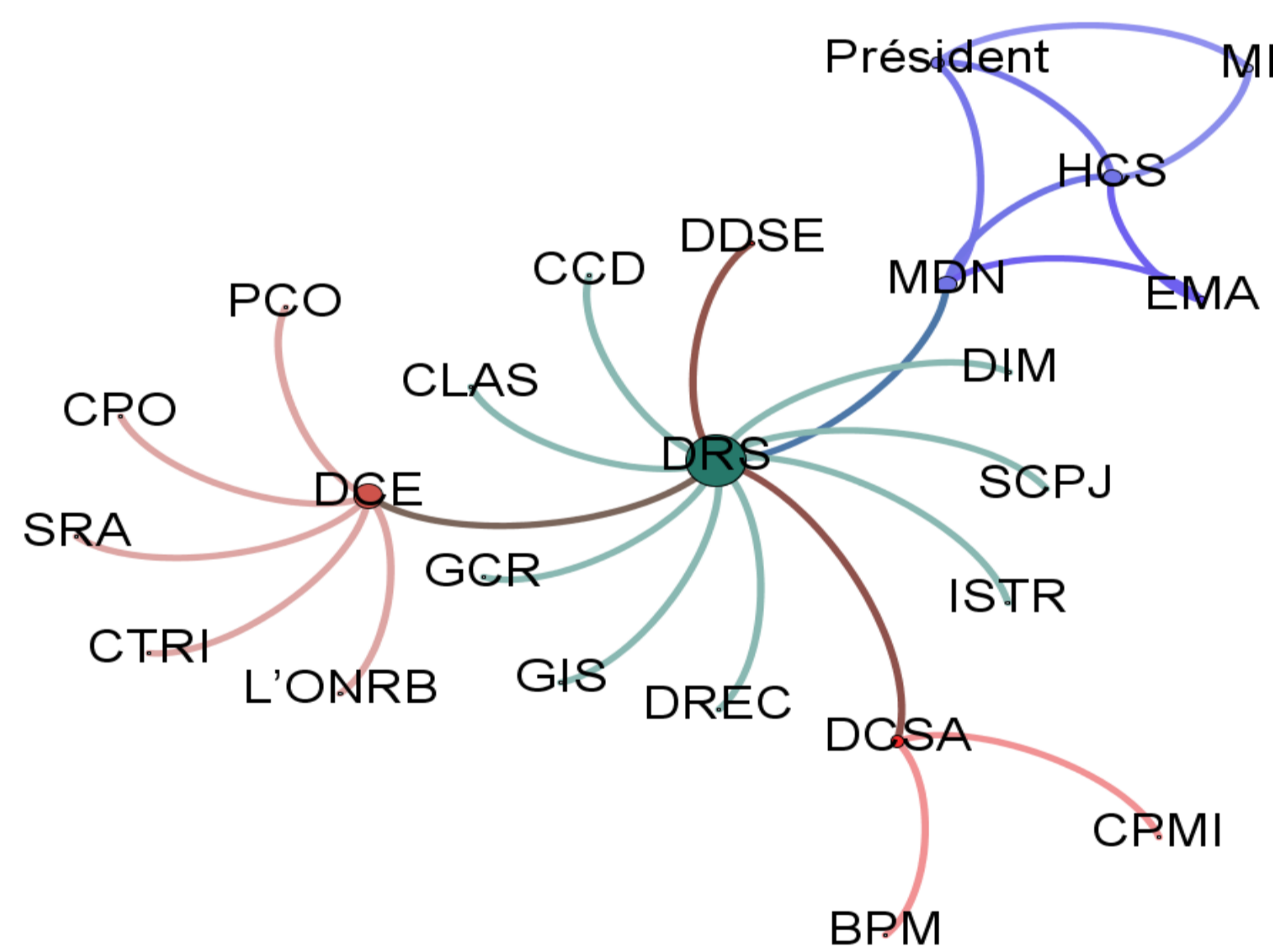
METODOLOGIA

A Argélia apresenta-se como um caso extremo de intervenção política por parte das Forças Armadas e seu serviço de inteligência mostrava-se ímpar em face da centralização observada anteriormente à reforma de 2013, quando um único ente, o DRS, subordinava grande número de agências de funções diversas. Assim, este trabalho buscou analisar o serviço de inteligência argelino em dois momentos: em 2012, em sua formação original, e em 2014, considerando-se a reforma anunciada e em vias de implementação. Para tanto, dois instrumentos foram utilizados. A análise de redes nos permitiu posicionar cada ente do sistema de inteligência como um nó, podendo-se então mesurar seus atributos estruturais: a centralidade de grau nos indica a medida em que um ator pode constrianger ou ser constriangido por outros atores a partir de sua posição de subordinação na rede. A centralidade de intermediação nos indica a proximidade da agência em relação à população total a partir da distância mínima possível entre os nós. O coeficiente de clusterização pode indicar um efeito de “*small-world*”. A análise da rede vem acompanhada de pesquisa qualitativa, sendo as fontes principalmente legislações e autores selecionados que tenham escrito sobre o caso. Esta etapa é necessária a fim de compreender o significado de cada reposicionamento entre os nós, assim como para apreendermos a informalidade não captada pelo modelo estatístico.

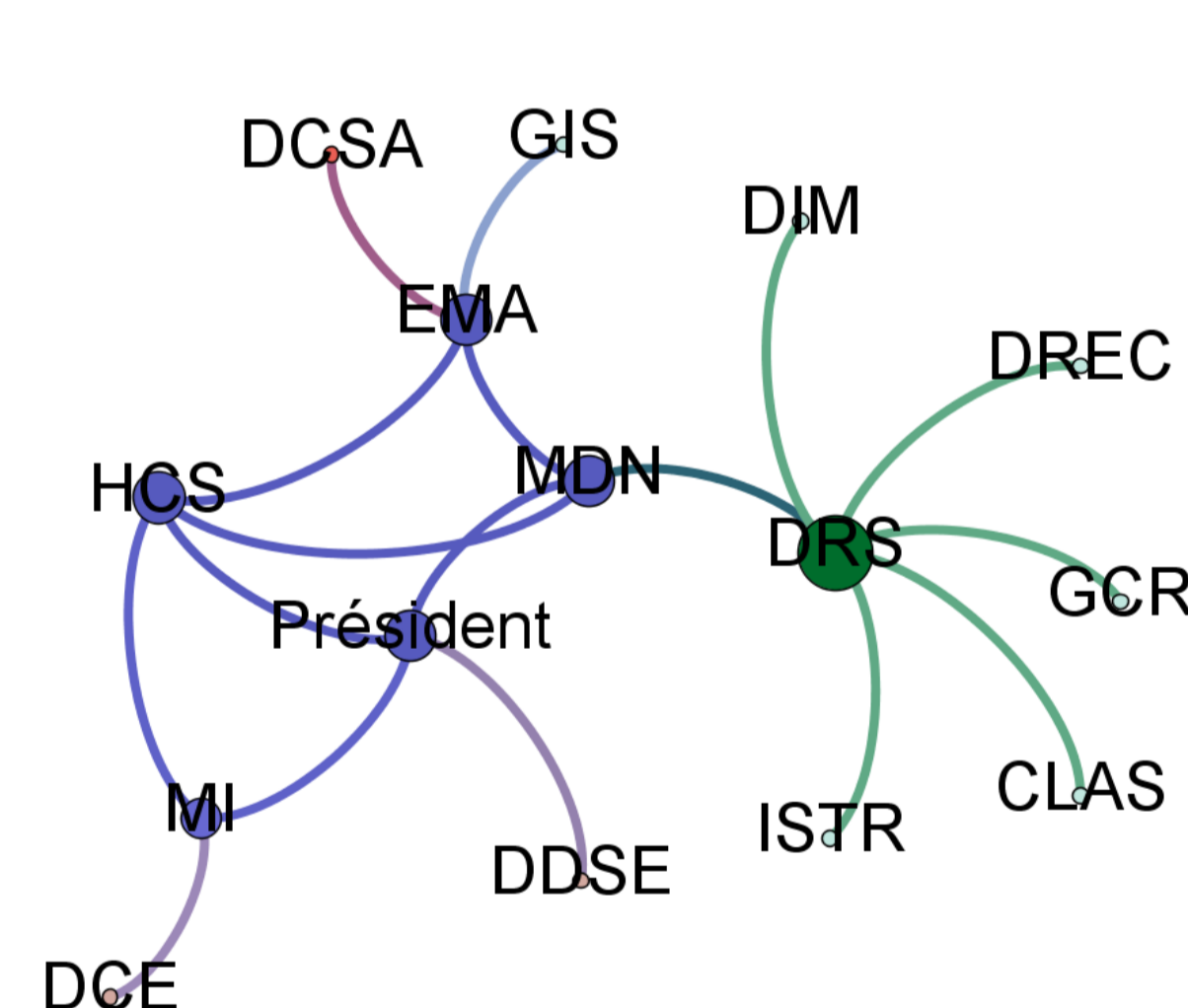
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serviço de Inteligência Argelino			
Président de la République	Président	Centres Territoriaux de Recherche et d'Investigation	CTRI
Ministère de l'Intérieur	MI	Poste de commandement opérationnel	PCO
Ministère de la Défense	MDN	Office national de répression du banditisme	ONRB
État-Major de l'Armée	EMA	Centre principal militaire d'investigation	CPMI
Haut Conseil de sécurité	HCS	Bataillons de police militaire	BPM
Département du Renseignement et de la Sécurité	DRS	Le Groupement d'intervention spécial	GIS
Direction du contre-espionnage	DCE	Département d'infiltration et de manipulation	DIM
Direction centrale de la sécurité de l'armée	DCSA	Direction des relations extérieures et de la coopération	DREC
Direction de la documentation et de la sécurité extérieure	DDSE	Groupement de contrôle des réseaux	GCR
Service de recherche et d'analyse	SRA	Commandement de coordination de la lutte contre les activités subversives	CLAS
Centre principal des opérations	CPO	Institut supérieur des techniques du renseignement	ISTR

		Grau de entrada	Grau de saída	Grau	Centralidade de intermediação	Coefficiente de clusterização
Presidente	Argélia 2012	0	3	3	0.0	0.3333334
	Argélia 2014	0	4	4	0.0	0.1666667
Ministério da Defesa Nacional	Argélia 2012	1	3	4	0.039525691699604744	0.1666667
	Argélia 2014	1	3	4	0.02142857142857143	0.1666667
Ministério do Interior	Argélia 2012	1	1	2	0.0	0.5
	Argélia 2014	1	2	3	0.002380952380952381	0.1666667
Estado-Maior das Forças Armadas	Argélia 2012	1	1	2	0.0	0.5
	Argélia 2014	1	3	4	0.009523809523809525	0.08333336
Département du Renseignement et de la Sécurité	Argélia 2012	1	11	12	0.07114624505928854	0.0
	Argélia 2014	1	5	6	0.023809523809523808	0.0



Sistema de inteligência argelino em 2012



Sistema de inteligência argelino em 2014

CONCLUSÕES PARCIAIS

A análise de redes nos permite observar algumas alterações fundamentais. Em primeiro lugar, em relação ao presidente, seu grau de centralidade aumentou a partir da subordinação direta do DDSE, a inteligência externa argelina. O Ministério do Interior e o Estado-Maior das Forças Armadas, a partir da subordinação direta, respectivamente do DCE (considerada a polícia política do regime) e do DCSA (que tem por missão proteger o pessoal e a infraestrutura das Forças Armadas) e GIS (cuja missão é o combate ao terrorismo), tornaram-se novos entes com índices de centralidade no serviço de inteligência nacional, embora tenham diminuído seus coeficientes de clusterização, apesar de ser esta uma tendência de todo o sistema. Quanto ao caso específico do DRS, tanto seu grau de centralidade quanto de intermediação diminuíram consideravelmente. A conclusão geral à qual se chega é a perda da centralidade do sistema em torno do DRS, fato que singularizava a Argélia. As implicações de tal a nível de estrutura de poder, entretanto, devem ser buscadas na análise qualitativa.

A nova estrutura resultante dos esforços do presidente Bouteflika vê retirada da órbita do DRS (e subordinada a ministérios civis cujos ministros foram designados pelo presidente em alterações prévias) agências vitais que possuíam maior nível de penetração nas instituições políticas e na sociedade civil (como a *Direction de la Sécurité Intérieure* – DSI) e dissolvidas ou esvaziadas de suas prerrogativas as agências cujos mecanismos permitiam que os militares atuassem politicamente (como o *Centre de Communication et de Diffusion* – CCD- e o *Service Central de Police Judiciaire* – SCPJ) possibilitando o confinamento do DRS à matéria de segurança. A possível redução da influência dos militares no processo político alteraria a estrutura de poder nacional em prol do executivo e eliminaria uma situação de poder paralelo repetidamente apontada pela literatura. É necessário considerar, porém, que tais alterações não parecem visar uma democratização da função de inteligência, tal qual se observa em reformas cognatas; antes sim, buscam cercar o presidente de maior capacidade de exercer poder, restaurando a coerência decisória do Poder Executivo.